



Governo do Estado de Mato Grosso

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Blairo Borges Maggi

Governador do Estado de Mato Grosso

Iraci Araújo Moreira

Vice-Governadora do Estado de Mato Grosso

Secretários de Estado

Yênes Jesus de Magalhães -

Planejamento e Coordenação Geral

Waldir Júlio Teis

Fazenda

Cloves Felício Vettorato

Desenvolvimento Rural

João Virgílio do N. Sobrinho

Procurador-Geral

Ana Carla Muniz

Educação

Ilma Grisoste Barbosa

Ciência e Tecnologia

Marcos Henrique Machado

Meio Ambiente

Orestes Teodoro de Oliveira

Chefe da Casa Militar

João Carlos Vicente Ferreira

Cultura

Sírio Pinheiro da Silva

Auditor Geral

Louremberg Nunes Rocha

Extraordinário de Ação Política

Terezinha de Souza Maggi

Trabalho Emprego, Cidadania e Assistência Social

Augustinho Moro

Saúde

Celio Wilson de Oliveira

Justiça e Segurança Pública

Antônio Kato

Chefe da Casa Civil

Geraldo Aparecido de Vitto Júnior

Administração

Alexandre Herculano C. de S. Furlan

Indústria, Comércio, Minas e Energia

Vilceu Francisco Marchetti

Infra-Estrutura

Yêda Marli de Oliveira Assis

Desenvolvimento de Turismo

José Carlos Dias

Comunicação Social

Laércio Vicente de Arruda e Silva

Esportes e Lazer



Governo do Estado de Mato Grosso

APRESENTAÇÃO

O Governo Blairo Maggi pelo terceiro ano consecutivo de forma sistematizada, apresenta o Relatório de Ação Governamental – RAG 2006, onde o responsável de seus programas, projetos e ações, apresenta um resumo do desenvolvimento durante o exercício. Pela primeira vez, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, estamos encaminhando o Relatório de Ação Governamental oficialmente ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Este modelo de relatório é um avanço no relacionamento Governo – Sociedade, mas, ainda está sendo executado em conjunto com a reestruturação dos Núcleos de Planejamento dos Órgãos do Estado. Neste sentido, o resultado final será efetivamente concluso quando da implantação do monitoramento físico e conseqüentemente a avaliação baseada na análise conjunta do tripé Orçamento – Financeiro – Físico.

Neste relatório foi levado em consideração a base disponível, Sistema de Integração de Dados Orçamentário, Físico e Financeiro - SIDORFFI e Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF.

Em 2006 tivemos um ano em que a principal fonte de arrecadação do Estado o ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços esteve abaixo do previsto na Lei Orçamentária Anual, com uma retração na ordem de 6,31%, prejudicando o andamento dos programas, que tiveram seus recursos remanejados para os projetos e as ações prioritárias.

Podemos ainda, considerar que ao longo dos últimos sete anos, o ICMS teve uma média de 11,68 % de Excesso de Arrecadação em relação à Lei Orçamentária Anual. Em 2006, por força do momento econômico evidenciado ainda em 2005, procedeu-se um contingenciamento na receita do Imposto, da ordem de R\$ 460.600.000,00 ou 12,07%. A receita de ICMS de 2006 foi 17,99% menor que a média das realizações entre 1999 e 2005, de acordo com o quadro abaixo:



Governo do Estado de Mato Grosso

EVOLUÇÃO DO ICMS – ORÇADO E REALIZADO

EXERCÍCIO	ORÇADO LOA	REALIZADO	DIFERENÇA	EXCESSO %
1999	836.000.000	1.116.661.843	280.661.843	33,57%
2000	1.032.000.000	1.404.258.695	372.258.695	36,07%
2001	1.440.504.527	1.519.744.484	79.239.957	5,50%
2002	1.551.622.000	1.841.745.251	290.123.251	18,70%
2003	2.055.627.580	2.371.732.866	316.105.286	15,38%
2004	2.596.857.273	2.934.667.166	337.809.893	13,01%
2005	3.269.000.000	3.085.602.386	(183.397.614)	-5,61%
MÉDIA DOS ÚLTIMOS 7 (SETE) ANOS				11,68%
2006(*)	3.349.645.324	3.138.316.377	(211.328.947)	-6,31%

(*) ICMS orçamentário foi contingenciado em R\$ 460.600.000,00, resultando o valor líquido evidenciado acima. O valor previsto na LOA 2006 inicial era de R\$ 3.810.245.324,00

Considerando que as demandas com pessoal, despesas fixas e poderes entre outros não podem ser descontínuas, muitos dos programas tiveram seus projetos e ações postergados para este ano, de forma a garantir o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal no tratamento do equilíbrio entre a receita e a despesa, para o ano de 2006.

Um tratamento a parte deve ser dado às receitas vinculadas para Saúde, Educação, Unemat, Fapemat e Ceprotec, que tem a fonte de receitas diretamente vinculadas ao ICMS, que tiveram que priorizar as suas atividades com os recursos que foram repassados e em especial aos programas cujos recursos são provenientes da Receita Disponível do Tesouro, Fonte 100 onde estão os repasses aos poderes, pagamentos da dívida, despesas fixa e pessoal.



Governo do Estado de Mato Grosso

O ajuste nos programas pode ser visto pela quantidade de suplementações por anulações realizadas, um total de 929, no valor de R\$ 1.430.999.959, vale ressaltar que impactaram as suplementações por anulações o fato de ter ocorrido, no exercício de 2006 a extinção do FEE – Fundo Estadual de Educação e da Prosol –Fundação de Promoção Social, tendo suas ações transferidas (via crédito especial por anulação) respectivamente para a Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, também no final do exercício tivemos a implantação do FUNPREV – Fundo Previdenciário do Estado de Mato Grosso, sendo necessária a transferência orçamentária dos órgãos / unidades para o referido Fundo.

A receita de convênios prevista na Lei Orçamentária de 2006 foi de R\$ 63.755.301, sendo que o total realizado foi de R\$ 82.019.285, representando um acréscimo na arrecadação total das fontes de convênios de 28,64% em relação ao previsto.

O Governo do Estado de Mato Grosso, em continuidade com a implementação do Plano de Ação para aperfeiçoamento da gestão dos incentivos fiscais, apresenta de forma inédita no Relatório Anual da Ação Governamental, Anexo contendo os resultados parciais da execução dos Programas de incentivos fiscais, com a avaliação dos indicadores e resultados dos Programas avaliados.

As Secretarias de Estado responsáveis por incentivos fiscais estão desenvolvendo um sistema integrado de gestão dos incentivos fiscais, que somado com outras medidas em implementação, proporcionarão para os próximos anos a disponibilização e avaliação da totalidade dos incentivos, aumentando mais ainda a transparência sobre a gestão e a aplicação dos recursos públicos estaduais.

Acreditamos que estamos continuamente reforçando a transparência das ações de Governo, garantindo um maior Controle Social e a participação da Sociedade de forma organizada na Gestão do Estado de Mato Grosso.

Yênes Jesus de Magalhães

Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso